

Aleluia nega que DEM votará contra reforma

Deputado rebateu o líder da sigla na Câmara, e reafirmou seu "compromisso com o País"

ROMULO FARO
REPÓRTER

Não bastasse os partidos do chamado 'centrão' ameaçarem votar contra a proposta de reforma da Previdência Social, Michel Temer enfrenta rebelião também no Democratas (DEM) do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O líder da legenda na Câmara, deputado Efraim Filho (PB), disse ontem que "não há condições de votar a reforma da Previdência neste momento", posição já admitida pelo vice-líder do governo no Congresso Nacional, deputado baiano Benito Gama (PTB), em entrevista recente à Tribuna.

"É hora de o governo ter humildade e saber trabalhar com a base que saiu da votação da denúncia. O que dá para votar agora é matéria com quórum simples. Não é o caso da Previdência", reitera Efraim. Em entrevista à Tribuna, porém, o presidente do Democratas na Bahia, deputado federal José Carlos Aleluia, minimizou a fala de seu líder na Câmara, e reiterou o "compromisso" do partido "com o País e com o governo".

"Estamos determinados a votar uma reforma boa. O partido está disposto a votar uma reforma boa. Não tem nada disso. Queremos uma reforma para gerar empregos. Claro que não votaremos sozinhos, somente o Democratas, mas nós vamos trabalhar para aprovar a reforma. Ainda não reunimos a bancada, mas devemos ter uma adesão alta. Pode ser que não cheguemos a 100%, mas devemos ter um número alto de votos a favor no Democratas. Está muito claro que o Brasil precisa da reforma da previdência. Não dá para continuar como está, e o Democratas não vai se furtar a isso", disse Aleluia.

Líderes dos três principais partidos do chamado centrão (PP, PR e PSD) afirmam que não há condições de aprovar a reforma, ainda mais depois do desgaste de terem votado

PREVIDÊNCIA

Embora o líder do DEM tenha mostrado resistência, Aleluia reafirmou sua lealdade ao governo pela reforma

contra o prosseguimento da denúncia contra Temer. Tem ainda a proximidade das eleições de 2018. "Reforma da Previdência se vota no início de mandato. Em final de mandato, é muito perigoso colocarmos uma matéria dessa, ainda mais no momento em que estamos vivendo na Câmara dos Deputados", disse o líder do PR na Câmara dos Deputados, o também baiano José Rocha.

Quanto ao PSD, pelo menos na Bahia Temer não deve ter adesão grande, pois na votação da denúncia contra ele por corrupção passiva, somente um dos quatro parlamentares da bancada baiana do partido votaram pelo arquivamento do pedido de investigação. Votaram pelo prosseguimento da denúncia contra Temer os deputados federais do PSD Antônio Brito, Fernando Torres e José Nunes. Apenas o deputado Sérgio Brito votou pelo arquivamento do pedido de investigação.



O PRESIDENTE do DEM na Bahia, José Carlos Aleluia, reiterou o "compromisso" do partido "com o País e com o governo"

Otto e Lídice vão ao Planalto cobrar verbas para a Bahia

Parlamentares baianos vão marchar ao Palácio do Planalto e cobrar liberação de empréstimo para investimentos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. O senador Otto Alencar (PSD) classificou de "perseguição" a não assinatura pelo governo federal de um empréstimo de R\$ 600 milhões ao Estado da Bahia, para investimentos em educa-

ção, saúde e infraestrutura pública. Na tribuna do Senado, na última terça-feira (8), ele disse que parlamentares baianos vão até o Palácio do Planalto e cobrar do presidente Michel Temer a liberação dos recursos pelo Banco do Brasil. "Não vai ficar assim. Vamos tomar providências. Vamos perguntar ao presidente se ele vai cumprir com a palavra e com o

povo da Bahia", afirmou.

Em aparte, a senadora Lídice da Mata (PSB), disse que os atores deste triste episódio não estão fazendo mal ao Governo do Estado, mas ao povo baiano. "Esse DNA da retaliação eu conheço de perto. Quero lembrar que votamos aqui a favor do empréstimo solicitado pelo prefeito ACM Neto, pois era um benefício para Salvador".

Comissão da Reforma Política colhe sugestões

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A sessão ordinária da Câmara Municipal, ontem, foi transformada em especial para que a Comissão Temporária da Reforma Política pudesse colher sugestões dos vereadores sobre a proposta que tramita na Câmara Federal. O presidente do colegiado, vereador Kiki Bispo (PTB), conduziu o debate que contou com a participação do vereador Flávio Matos, do DEM de Camaçari. O vereador frisou que o processo de discussão da proposta envolveu audiência com a participação do deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB), que preside o colegiado federal. "O debate estava de certa forma parado em função da crise política, mas não podemos deixar

de contribuir com a discussão da matéria, que interessa a toda a sociedade", ponderou Kiki.

O parecer da Comissão será votado em reunião da Comissão na próxima segunda-feira, às 10h, na sala Laurentina Pugas. Com isso, explicou Kiki Bispo, estará pronto para votação em plenário e ser encaminhado à Comissão Especial da Reforma Política na Câmara Federal. Entre os tópicos mais polêmicos, ele destacou o cálculo do coeficiente eleitoral, para corrigir injustiças.

Edvaldo Brito também ressaltou a importância da reforma alterar o cálculo da proporcionalidade e evitar que os "partidos tenham donos". O vereador Duda Sanches (DEM) defendeu o sistema "distritão", argumentando que no contato com as

comunidades tem percebido o interesse dos eleitores em escolherem seus representantes, respeitando o quantitativo da votação e não o coeficiente eleitoral. O "distritão" também foi considerado modelo mais viável pelos vereadores Ricardo Almeida (PSC) e Felipe Lucas (PMDB). Já César Leite (PSDB) é a favor do sistema distrital misto, a exemplo do existente na Alemanha, mas reconhece que é preciso um período de transição com o "distritão".

A vereadora Marta Rodrigues (PT) disse que a reforma precisa mudar a "cultura política perversa" que predomina no país. Na sua opinião, o processo de discussão deveria ser mais amplo, pois não há consenso sobre vários aspectos nem dentro dos partidos.



O PRESIDENTE do colegiado, vereador Kiki Bispo (PTB), conduziu o debate

Prefeitura quer que reajuste do IPTU em 2018 não ultrapasse inflação deste ano

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto encaminha nesta semana à Câmara Projeto de Lei que altera o Código Tributário e de Rendas do município, prorrogando os efeitos de uma lei municipal de 2013, sobre o IPTU. Um dos principais pontos do projeto estabelece que o aumento do IPTU de imóveis residenciais, não residenciais e terrenos no ano que vem não será superior ao índice de inflação de 2017, segundo o IPCA.

O projeto estava previsto para chegar ontem, mas atrasou. "Ainda não chegou. Pelo menos até as 16 horas não tinha chegado, que foi o horário que eu saí da Câmara. Às vezes foi uma coisa no trâmite. Porque eles protocolam e depois a gente recebe. Amanhã de manhã (hoje) já deve estar na Câmara", afirmou o presidente da Casa, vereador Leo Prates (DEM), à Tribuna. Segundo ele, a tramitação será natural. "Estou convocando uma reunião do Colégio de Líderes para a próxima terça-feira. Se já estiver publicado, já iremos discutir nessa reunião".

Segundo a Prefeitura, as travas previstas perderiam a validade em 2018, mas o prefeito ACM Neto le-

vou em consideração o agravamento da crise econômica e as dificuldades vividas pela população para tomar a decisão de encaminhar o Projeto de lei. "Certamente essa medida terá consequências na arrecadação e poderá acarretar ações ainda mais enérgicas de redução de gastos na Prefeitura, mas o momento impõe decisões deste tipo", disse Neto.

A oposição vê com bons olhos o projeto e não deve causar problemas na Câmara. "Se essa trava cair, o IPTU aumentaria 100%. Aumentaria provavelmente duas vezes o valor que é pago hoje", afirmou o vereador José Trindade (PSL), líder da oposição. "Acho excelente. Porque a capacidade contributiva da população já chegou ao seu extremo. A população não tem condições

de segurar esse aumento. Tem gente que só está pagando o IPTU ainda porque tem essa trava ainda".

Outro ponto importante do projeto refere-se à adequação da legislação municipal aos novos dispositivos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Uma das alterações mais relevantes estabelece o pagamento no domicílio do tomador de serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito, planos de saúde, administradoras de fundos e de operações de leasing. Outro artigo do projeto se destina a resolver um importante problema de natureza fundiária de Salvador, com consequências muito negativas sobre o cadastro de imóveis e também sobre a verdadeira dimensão da dívida ativa do município.



PREFEITURA garantiu que aumento do IPTU não será superior ao índice de inflação de 2017

Câmara suspende acesso de três após agressão

Por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salvador, anunciado em sessão ordinária na terça pelo presidente Leo Prates (DEM), três líderes da manifestação ocorrida em frente ao Paço Municipal, na noite de segunda-feira, estão com o acesso suspenso às dependências da Casa até 31 de dezembro deste ano: Eucimar Freitas de Oliveira,

Eudes Oliveira de Souza e Josival dos Santos Bastos.

As agressões foram direcionadas ao prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), na chegada da comitiva para sessão solene em que seria condecorado com o Título de Cidadão de Salvador, por iniciativa do vereador Felipe Lucas (PMDB). No caminho do Palácio

Thomé de Souza até a Câmara, o tucano foi atingido por ovos na cabeça.

No ato, a Mesa deixa claro que a infração foi cometida ao Inciso III do Artigo 108 do Regimento Interno. Ao anunciar a medida, Leo Prates fez um apelo aos vereadores pela manutenção do nível de debates no Legislativo.